

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.420.585 - PR (2018/0341342-5)**

AGRAVANTE : GUIMARÃES INDÚSTRIA & COMÉRCIO LTDA  
ADVOGADOS : LEONARDO DE FAVERI SOUZA E OUTRO(S) - SC015359  
MARCIA ELIZA DE SOUZA BARCELOS - SC022071  
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE  
E TECNOLOGIA - INMETRO  
AGRAVADO : INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO  
PARANÁ IPEM PR  
ADVOGADOS : ROBERTO ANDRÉ ORESTEN E OUTRO(S) - PR014188  
JANAINA MARANHÃO LITWINSKI - PR048832

**DECISÃO**

Guimarães Indústria e Comércio Ltda. interpõe agravo contra decisão que negou seguimento ao recurso especial por ela interposto, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, com o objetivo de reformar acórdão assim ementado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (fl. 267):

ADMINISTRATIVO. AÇÃO ANULATÓRIA. INMETRO.

1. Não há defeitos a macular o ato administrativo consubstanciado no auto de infração em foco, não havendo cogitar na anulação deste.
2. Manutenção da sentença.

Os embargos de declaração opostos foram parcialmente acolhidos, apenas para fins de prequestionamento (fl. 300).

Em suas razões especiais a recorrente sustenta, em síntese, violação do art. 1.022 do CPC/2015, pois a despeito da oposição dos embargos declaratórios, o Tribunal *a quo* não se manifestou sobre a ausência de especificação da balança utilizada para pesagem dos produtos, o que contraria os arts. 11 e 12 da Resolução CONMETRO n. 08/2006.

Aponta ofensa dos arts. 8º e 9º da Lei n. 9.933/99; e 50, II e § 1º, da Lei n. 9.784/99, ante a exorbitância do valor da multa imposta (R\$ 4.200,00), pois fixado em dissonância com os critérios quantitativos e qualitativos previstos nos referidos dispositivos legais.

Neste particular, indica divergência jurisprudencial entre o acórdão vergastado e julgado desta Corte que, em caso análogo, entendeu pela exorbitância da multa aplicada.

Defende, ainda, divergência jurisprudencial entre o acórdão vergastado e julgados do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e desta Corte, que entenderam que a inexistência de especificação do instrumento de medição utilizado para pesagem dos produtos inviabiliza a aferição de sua aptidão para realizar tal procedimento, prejudicando à caracterização da infração.

Após o oferecimento de contrarrazões (fls. 385-393), o Tribunal de origem negou seguimento ao recurso (fls. 398-401), tendo sido interposto o presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que a agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

Em relação à indicada violação do art. 1.022 do CPC/2015, não se vislumbra a alegada omissão da questão jurídica apresentada pela recorrente – ausência de especificação da balança utilizada para pesagem dos produtos, tendo o julgador abordado a questão às fls. 260-263, consignando que:

[...]

Com efeito, por pontual e em consonância com a legislação pertinente, entendo que não merece reparos a sentença proferida pelo Juiz Federal Substituto na Titularidade Plena Claudio Roberto da Silva, motivo pelo qual tenho por bem fazer uso dos fundamentos expendidos aqui reproduzidos como razões de decidir deste voto:

(...)

Ainda, quanto à ausência de especificação da balança utilizada para pesagem dos produtos coletados, quando da realização do exame pericial, também não há que se falar em irregularidade ou nulidade do referido exame com base nos artigos 11 e 12 da Resolução CONMETRO N° 08 de 20/12/2006, uma vez que, com bem salientou a parte ré (EVENTO 13, CONT1), '... os dispositivos normativos mencionados pela autora não exigem que a balança utilizada seja especificada no laudo de exame, ou que considerem como requisito essencial para a validade da constatação da infração, não configurando, com isso qualquer nulidade passível de decretação'

(...)

Simplesmente não se extrai da Lei, conjugada aqui com as normas vigentes, especialmente a NIT-DIMEP 005 e os já referidos artigos 11 e 12 da Resolução 08/06, a obrigatoriedade de precisa identificação da balança de pesagem, sendo que a oportunidade para intentar a impugnação é exatamente a do momento em que procedida a pesagem, o que não ocorreu porque a autora deixou de comparecer, embora convocada, como já se demonstrou.

[...]

Nesse panorama, a oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irresignação da embargante diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso.

Descaracterizada a alegada omissão, pois analisados, pelo Tribunal *a quo*, todos os fundamentos apresentados pelo recorrente, tem-se de rigor o afastamento da suposta violação dos arts. 1.022 do CPC/2015,

conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROFESSOR APOSENTADO. URV. DIFERENÇAS SALARIAIS. OMISSÃO DO ARESTO REGIONAL AFASTADA. DEFASAGEM REMUNERATÓRIA QUE DEVE SER APURADA EM SEDE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. PRECEDENTES DO STJ.

1. Afasta-se a alegação de ofensa aos arts. 489, III, 490 e 492, parágrafo único, do CPC/2015, porquanto a instância ordinária, solucionou, de forma clara e fundamentada, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não havendo que se confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

2. O aresto recorrido não destoa da jurisprudência desta Corte no sentido de que "somente em liquidação de sentença há de se apurar a efetiva defasagem remuneratória devida aos servidores públicos decorrente do método de conversão aplicado pelo Município em confronto com a legislação federal, de modo a evitar eventual pagamento em duplicidade e o enriquecimento sem causa" (AgRg nos EDcl no REsp 1237530/SP, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, Segunda Turma, julgado em 29/05/2012, DJe 13/06/2012 ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1252108/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 24/05/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. AÇÃO RESCISÓRIA. ALEGADA VIOLAÇÃO LITERAL DE DISPOSITIVO DE LEI. SÚM. 7/STJ. PRECEDENTES.

1. Descabe cogitar-se de ofensa dos arts. arts. 489, §1º, e 1.022, II, do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido, da lavra do Tribunal de origem, não incorreu em omissão, obscuridade ou contradição.

3. Desconstituir a conclusão do Tribunal de origem de que não é possível constatar violação literal e inequívoca a dispositivo de lei no caso implicaria, inevitavelmente, no revolvimento do acervo fático e probatório. Incidência da Súm. 7/STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1706936/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 11/06/2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DECIDIDAS. IMPOSSIBILIDADE. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. ERRO GROSSEIRO.

1. De acordo com a norma prevista no art. 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão da decisão recorrida.

2. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

3. Configura erro grosseiro a interposição de agravo regimental em

face de decisão colegiada, de modo que não é cabível a aplicação do princípio da fungibilidade recursal para conhecer do recurso como embargos de declaração.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no AgRg no REsp 958.813/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 2/2/2017, DJe 13/2/2017).

Ademais, no que se refere à apontada ofensa dos arts. 8º e 9º da Lei n. 9.933/99; e 50, II e § 1º, da Lei n. 9.784/99, verifica-se que o Tribunal *a quo*, para decidir a controvérsia, mantendo a fundamentação *a quo*, interpretou o Regulamento Administrativo aprovado pela Resolução n. 08/2006, *verbis* (fls. 263-264):

[...]

A parte autora sustenta que, como o prejuízo ao consumidor seria mínimo, '... pois um pacote de flocos de arroz caramelizado de 20 g somente houve a redução de no máximo 1,9 g de seu conteúdo...', daí que não seria o caso de aplicação de pena de multa.

Considere-se que o Código de Defesa do Consumidor traz como direitos básicos do consumidor, dentre outros, na forma do art. 6º, III, da Lei nº 8.078/90, a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.

(...)

Assim, sob essa ótica, não há necessidade de que o dano ao consumidor se concretize, pois a mera oferta de produto em desconformidade com as informações constantes de sua embalagem já é considerada lesiva ao direito do consumidor, sendo que o efetivo prejuízo causado ao consumidor é considerada causa agravante da penalidade imposta ao infrator, nos termos do art. 9º, § 1º, III da Lei n. 9.933/99, já que se presume o dano com a mera irregularidade nos critérios metrológicos.

Aqui não há de se cogitar de falta de fundamentação da decisão administrativa no que concerne à aplicação da penalidade.

Constou da decisão que, para o arbitramento da multa, foi levado em consideração a reincidência da autuada e que deveriam ser obedecidos os limites dos valores estabelecidos no art. 9º, caput, da Lei nº 9.933/1999, considerando-se as diretrizes definidas nos parágrafos primeiro, segundo e terceiro, assim como aquelas previstas no art. 20 do Regulamento Administrativo aprovado pela Resolução nº 08/2006 (EVENTO 13, PROCADM8, fls. 16 e 17).

Foi então com base nesses critérios que foi fixada a pena de multa no valor de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).

[...]

Nesse panorama, inviável o reexame das conclusões do aresto recorrido, uma vez que tal procedimento exigiria, necessariamente, a análise da referida espécie normativa, medida vedada por via de recurso especial, porquanto não se enquadram no conceito de lei federal ou tratado, conforme entendimento jurisprudencial pacífico desta Corte:

ADMINISTRATIVO. INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO EXTRA PETITA. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE RESOLUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA.

(...)

V - Em relação à apontada violação da Resolução n. 206/06 do CONTRAN, é forçoso esclarecer que consoante pacífica jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, o conceito de tratado ou lei federal, previsto no art. 105, III, a, da Constituição da República, deve ser considerado em seu sentido estrito, não compreendendo atos normativos tais como portarias e resoluções. Incidência, por analogia, da Súmula n. 518/STJ.

VI - Na mesma seara, em relação à alegação de violação do art. 5º, LV, e 93, IX, da Constituição Federal, é inviável o exame dessa matéria constitucional em recurso especial, sob pena de usurpação da competência da Suprema Corte, nos termos do art. 102 da Constituição da República.

VII - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1107447/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/04/2018, DJe 10/04/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA CONSTITUCIONAL E RESOLUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. AFUNDAMENTO CONSTITUCIONAL NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 126/STJ. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não compete ao Superior Tribunal de Justiça apreciar, em sede de recurso especial, violação à matéria constitucional ou de resolução, tendo em vista que estas não se compreendem no conceito de lei federal.

2. Não obstante a fundamentação constitucional do aresto, não houve a devida impugnação da matéria por meio de recurso extraordinário, o que atrai o óbice da Súmula 126/STJ.

3. É válida a cobrança da comissão de permanência no período de inadimplemento, desde que: prevista em contrato; calculada pela taxa média de mercado; e não seja acumulada com encargos remuneratórios, correção monetária, juros de mora ou multa contratual. Súmula 83/STJ.

4. Para que se configure o prequestionamento, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância

especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal. Incidência das Súmulas 282/STF e 356/STF.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt no AREsp 862.036/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 15/03/2017)

Por fim, no que concerne à parcela recursal referente ao art. 105, III, c, da Constituição Federal, constata-se que a recorrente não efetivou o necessário cotejo analítico da divergência entre os acórdãos em confronto, o que impede o conhecimento do recurso com base no art. 105, III, c, da Constituição Federal.

Conforme a previsão do art. 255 do RISTJ, é de rigor a caracterização das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados, cabendo a quem recorre demonstrar tais circunstâncias, com indicação da similitude fática e jurídica entre os julgados, apontando o dispositivo legal interpretado nos arestos em cotejo, com a transcrição dos trechos necessários para tal demonstração. Em face de tal deficiência recursal, aplica-se o constante da Súmula n. 284 do STF.

Nesse mesmo diapasão, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTES REMUNERATÓRIOS. MATÉRIA EXCLUSIVA DE DIREITO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INSUFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF.

1. A apontada divergência deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial com base na alínea "c", III, do art. 105 da Constituição Federal.

2. Além disso, é impossível realizar o confronto dos acórdãos trazidos como paradigmas, sem que se especifique a lei contrariada pelo julgado recorrido.

3. Quanto à violação à Lei 8.880/1994, vejo que não é possível examiná-la, pois não foram indicados os dispositivos legais que teriam sido violados. Portanto, está caracterizada a deficiência na fundamentação do recurso. Dessa forma, sua pretensão esbarra no óbice da Súmula 284/STF.

4. Para que o julgador use a faculdade prevista no artigo 285-A do CPC, exige-se que a matéria controvertida seja exclusivamente de direito, que no juízo já tenha sido proferida sentença de total improcedência em casos idênticos, e que o respectivo teor seja reproduzido na novel decisão. No caso sub judice o Tribunal local atendeu todos os requisitos necessários para a aplicação da norma jurídica.

5. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(REsp 1.656.510/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN,

SEGUNDA TURMA, julgado em 27/4/2017, DJe 8/5/2017).

ADMINISTRATIVO. ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONFIGURAÇÃO DO ELEMENTO SUBJETIVO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DIVERGÊNCIA NÃO COMPROVADA.

I - O Tribunal a quo, ao decidir a controvérsia, considerou que, no caso concreto, "não há como negar que o então Prefeito Municipal de Forquethina, ora requerido, contratou de forma a possibilitar o desmembramento das aquisições, com vistas a "escapar" da exigência de licitação fato incontroverso nos autos"

II - A Corte a quo considerou que a parte recorrente, ex-prefeito, "autorizou a compra de medicamentos ao longo dos anos de 2006 e 2008 nos valores totais de R\$ 18.285,46 e R\$ 10.726,02, respectivamente, sem observar a exigência de licitação. Em diversas oportunidades, no decorrer dos exercícios de 2006 e 2008, o requerido autorizou a compra de medicamentos e produtos farmacêuticos de forma fragmentada, causando lesão ao erário público, eis que pelo Município de Forquethina foram suportados preços médios superiores àqueles pagos por outros municípios próximos" [...].

III - E, ainda, observou-se, no acórdão recorrido, que o depoimento do tesoureiro municipal "foi no sentido de que o controle interno (do qual ele fazia parte) do Município, o setor jurídico, a assistência social e o demandado tinham conhecimento de que a compra direta dos fármacos ultrapassava o valor máximo para a dispensa de licitação, bem como que o procedimento licitatório via pregão eletrônico gerava economia ao erário, situação que evidencia o agir no mínimo culposos - pela desídia com o dinheiro público - do então Prefeito Municipal. Nesse contexto, prudente salientar que os atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário dispensam a prova do dolo, sendo suficiente para a sua caracterização a presença de culpa".

IV - Assim, ao concluir pela responsabilidade do ex-prefeito, na execução das compras, bem como pela sua atuação, o fizeram com base na prova dos autos. Eventual conclusão, diversa da adotada pelas instâncias ordinárias, no âmbito do STJ, implicaria o reexame de todo o conjunto fático do processo, atuação que encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

V - A divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC/1973 e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do recurso especial com base na alínea c do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

VI - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 940.174/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/4/2017, DJe 27/4/2017).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II,

*a* e *b*, do RI/STJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nesta parte, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator

